

OCUPAÇÃO EDIFÍCIO PRESTES MAIA

Percurso na implantação de habitação de interesse social no centro de São Paulo

Prestes Maia building occupation

The implementation journey of social housing in São Paulo downtown

Renata Vital de Ávila

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo, Brasil.

revitalavila@gmail.com

Denise Antonucci

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo, Brasil.

denise.antonucci@mackenzie.br

Candido Malta Campos Neto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo, Brasil.

candido.campos@mackenzie.br

RESUMO

A ocupação do Edifício Prestes Maia, no centro de São Paulo, tem grande relevância para a história da cidade, evidenciando a complexidade dos processos de transformação dessa região, os conflitos fundiários e a luta por moradia, por parte das classes de baixa renda. A questão da (falta de) habitação, ou mesmo a precariedade, especialmente para camadas sociais mais necessitadas, é fundamental, que precisa ser debatida, e que está estampada em todos os centros urbanos das cidades brasileiras. Este artigo procura revisitar a trajetória da ocupação que foi considerada a maior da América Latina, abrigando cerca de 2.000 pessoas, vinculadas ao movimento social de luta por moradia na região central de São Paulo, e os processos que se relacionam com esse percurso, até que tenha sido contemplado por programa habitacional municipal, no ano de 2022, e atualmente está em reforma para implantação de habitação social, a partir de política pública.

Palavras chave: habitação social, centro de São Paulo, ocupação de edifícios, direito à cidade.

Bloco temático: teoria e história da cidade

ABSTRACT

The occupation of the Prestes Maia Building, in São Paulo downtown, has a relevance for the city's history, highlighting the complexity of the transformation processes in this region, land conflicts and the struggle for housing on the part of low-income classes. The issue of (lack of) housing, or even precariousness, especially for the poorest social classes, is fundamental, which needs to be debated, and which is evident in all urban centers of Brazilian cities. This article seeks to revisit the trajectory of the occupation that was considered the largest in Latin America, housing around 2,000 people, linked to the social movement fighting for housing in the central region of São Paulo, and the processes that relate to this trajectory, until has been included in the municipal housing program in 2022, and is currently undergoing renovation to implement social housing, based on public policy.

Keywords: social housing, São Paulo downtown, building occupation, right to the city.

Topic: theory and history of the city

Introdução

As cidades brasileiras, historicamente, não oferecerem iguais condições e oportunidades a sua população. A maior parte da população urbana (e mesmo rural) está privada das possibilidades de satisfazer suas necessidades, em face de características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade. O principal desafio é construir cidades justas e democráticas, baseado em princípios da solidariedade, liberdade, equidade, dignidade e justiça social. A participação de atores locais, especialmente de movimentos sociais e associações populares, torna-se decisiva para a construção dessas cidades (Saule & Cardoso, 2005). A afirmação dos autores, feita há quase duas décadas, se mantém atual, senão agravada, em face da crise climática. No referido trabalho foram analisadas cinco cidades de diferentes dimensões (Alcântara, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo) sob diferentes condições de moradia, incluídas ocupações em glebas ou edifícios desocupados.

Em Alcântara, o enfoque da análise foram as comunidades quilombolas; em Fortaleza, em especial, comunidades de pescadores da Zona Costeira, em função dos impactos dos projetos turísticos; Recife cresceu desordenadamente para cima dos seis rios que cortam a cidade e seus manguezais - população pobre vive literalmente na lama; em Salvador, destaca-se a atenção à situação dos moradores do Pelourinho, também em função Projeto Turístico de Revitalização (Saule & Cardoso, 2005). Em São Paulo, foram visitados e analisados cortiços na área central e as ocupações Heliópolis, Beira Rio (Fazenda da Juta), Rua do Ouvidor e Prestes Maia. As ocupações que ocorrem em São Paulo não estão ligadas a valorização de imóveis em função do turismo ou desvalorização de imóveis em função de áreas em risco, mas pela ausência de política habitacional que acolha a população de baixa renda.

A cidade de São Paulo apresentou um crescimento, desde 1960, para além do centro histórico, vinculado ao deslocamento do eixo de valorização imobiliária rumo à zona sudoeste, com alteração na legislação urbanística permitindo incremento do potencial construtivo e adensamento nas regiões da Avenida Paulista e Bairros Jardins. Houve crescimento e ocupação desse território, acompanhado de atividades comerciais, de serviços e financeiras, concomitantemente com a desvalorização imobiliária e desadensamento do centro histórico.

A partir dos anos de 1980-1990, movimentos sociais de moradia iniciaram ações de ocupações de imóveis vazios no centro, com objetivo de pressionar o poder público a atender às demandas da população. O movimento refletiu a luta por moradia em região provida de infraestrutura, a partir da pauta da função social da propriedade, prevista na Constituição Federal de 1988. O tema suscitou a disputa entre o direito à propriedade e o direito à moradia, no contexto urbano: os movimentos que realizaram ocupações atuaram para pressionar o poder público na viabilização de políticas de habitação de interesse social.

1. A problemática habitacional e os imóveis vazios no centro de São Paulo

Os dados do Censo 2022 do IBGE, trazem o número de aproximadamente 589.000 imóveis vazios na cidade de São Paulo¹, ao mesmo tempo que se estima uma população em situação de rua de 52.226², o que nos faz refletir sobre a grande desigualdade social na cidade e pensar como chegamos até aqui e como seguiremos, questionando possíveis caminhos para a redução desse contraste. Como a arquitetura, o urbanismo, a

¹ O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realiza, a cada década, pesquisa das condições de vida da população em todos os municípios brasileiros, a partir de coleta de informações de cada domicílio no território nacional. Em 2020, a coleta foi adiada devido ao covid-19, sendo realizada posteriormente e os dados divulgados apenas em 2022. É considerado domicílio vago quando, no momento da pesquisa o recenseador tem a informação de que não existe morador ali, sendo que o imóvel pode estar vago para locação ou disponível para venda.

² Levantamento realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFGM), com base em dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (fevereiro/2023) aponta que o Brasil tem 206.044 pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico (cadastro junto ao poder público, de famílias de baixa renda que podem, através deste registro, ter acesso a programas sociais do governo). Divulgado pelo site globo.com, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/04/05/cidade-de-sp-contabiliza-mais-de-52-mil-moradores-de-rua-alta-de-82percent-em-2023-afirma-pesquisa.ghtml>. Acesso em 16.dez.2023.

sociedade e o poder público dialogam com essa realidade, quais as contribuições neste contexto, procurando trazer o debate sobre as responsabilidades de atuações que impactam as camadas mais pobres. A questão dos imóveis ociosos no centro teve início a partir dos anos 1960, quando ocorreu o processo de crescimento da cidade, para além do centro tradicional, conforme descreveremos a seguir.

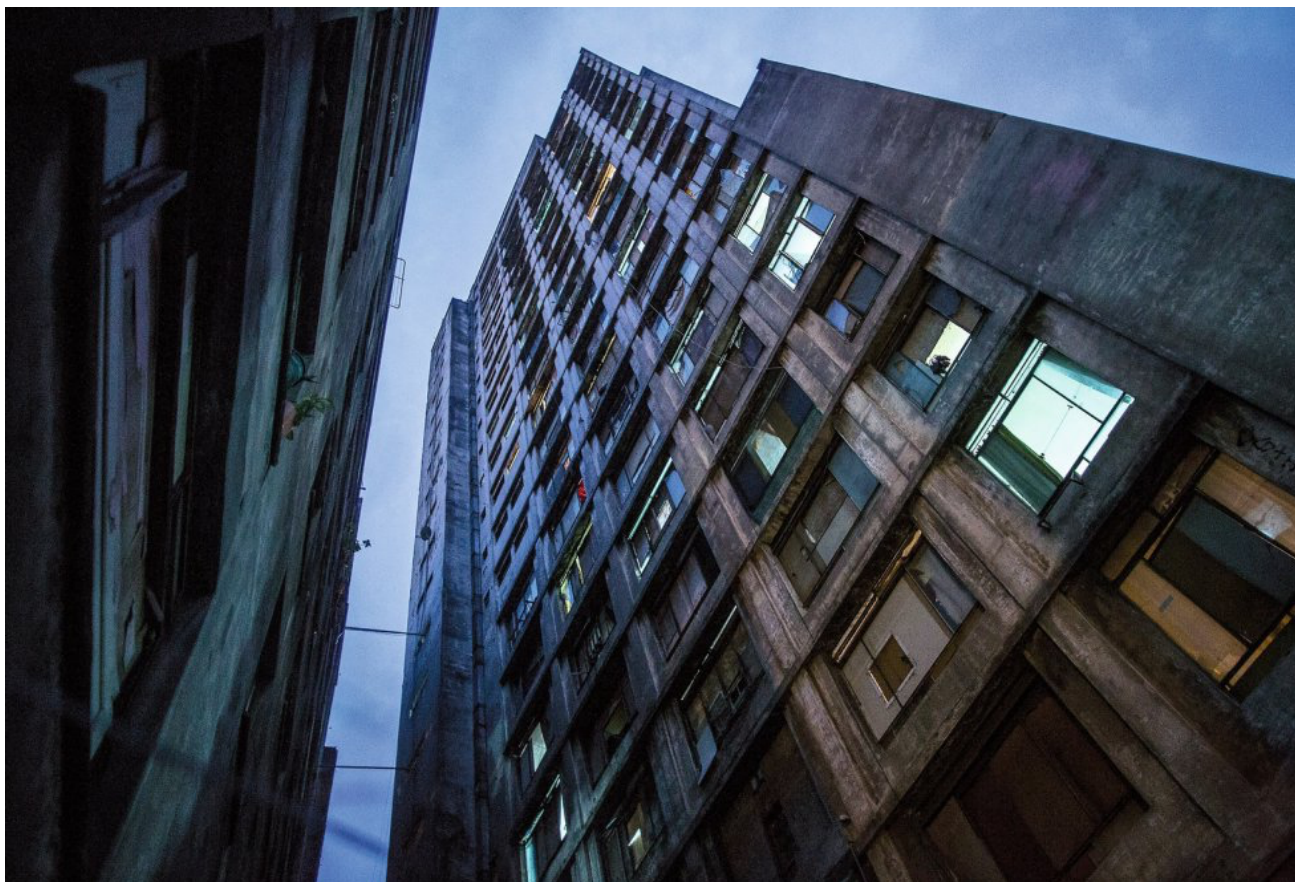


Fig. 01: Fachada (pátio interno) do conjunto de torres da ocupação Prestes Maia, 2016. Autor: Victor Moriyama

A partir dos anos 1960-1970, o centro histórico começou a perder sua importância para novas centralidades, a começar pela região das avenidas Paulista e Faria Lima, que receberam novos edifícios de empresas nacionais e internacionais levando o caráter elitizado e de potência financeira a novas regiões. Portanto, neste período e nas décadas seguintes, pode-se considerar como um primeiro momento de crise do centro, o deslocamento das camadas de maior renda, incluindo empresas até então ali instaladas e que simbolizavam o poder econômico. Ao mesmo tempo, se estruturou o acesso ao centro por meio de transporte coletivo; configurando-se como um espaço popular, ocupado por uma população de menor renda e atividades informais, ainda que ofertasse empregos formais (Frúgoli, 2000; Kowarick, 2007; Campos et al, 2004; Rolnik, 2022).

Nas décadas seguintes (1980-1990), emergiram discussões sobre políticas públicas para a requalificação de áreas centrais que estavam passando por desvalorização e deterioração. Em meados da década de 1990, os movimentos de luta por moradia protagonizaram as primeiras ocupações e fizeram levantamento de imóveis vazios no centro, visualizando a possibilidade de se morar em uma região com infraestrutura, quebrando o paradigma da ocupação em áreas periféricas da cidade. Os movimentos por moradia com foco na região central de São Paulo, se estabeleceram a partir de grupos já atuantes em lutas sociais, principalmente nos bairros próximos ao centro, como Mooca, Brás e Belém, onde havia grande concentração de indústrias e cortiços, locais de moradia destes trabalhadores. Segundo Neuhold (2009, p.37): “organizados nos movimentos de moradia e sem-teto, [...] passaram a reivindicar o direito de permanecer na área central da cidade e a produção de unidades habitacionais para as famílias de baixa renda”.

Dessa forma, a população antes vista como pessoas que viviam em cortiços, em péssimas condições de habitabilidade, reivindicavam o direito à moradia digna, em uma região provida de infraestrutura e serviços, passando a se estabelecer como atores, com direito de se posicionar e pressionar a administração pública na viabilização de políticas habitacionais.



Fig. 02: Moradores da ocupação Prestes Maia, pátio entre os prédios. Autor: Anderson Barbosa

2. A ocupação do edifício Prestes Maia

No caso do Prestes Maia, a primeira ocupação ocorreu em novembro de 2002, organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) que se apropriou das duas torres do edifício. O conjunto está localizado na região central da cidade de São Paulo, distrito da República, com frentes para avenida Prestes Maia e rua Brigadeiro Tobias, próximo à Estação e ao Parque da Luz e à Pinacoteca.

Projetado em 1947, pelos engenheiros Alfredo Gerad e Arnaldo Yasbek, o empreendimento de propriedade da Companhia Nacional de Tecidos contemplou duas torres (interligadas pelos pavimentos térreo, mezanino e subsolo). A torre com 9 pavimentos previa o uso de salas para escritório e a torre com 21 pavimentos, um hotel. O projeto original sofreu alteração em 1956, considerando a torre maior não mais com uso hoteleiro mas com escritórios. Com esta alteração, o pavimento tipo passa a ter uma nova configuração, um grande salão sem divisórias e com sanitários localizados em uma única área do andar, diferentemente do uso hoteleiro. Esta mudança futuramente influenciaria no modo como o espaço seria ocupado pelo movimento de moradia, já que não tinha a divisão de unidades para habitação, nem a construção de sanitários individualizados. Neste mesmo ano teve início as obras, sendo finalizadas em 1963, onde a Companhia Nacional de Tecidos se manteve funcionando até 1978, ano em que se muda para o interior de São Paulo. A empresa decretou falência em 1991, e o Citibank tomou posse do Edifício Prestes Maia, leiloando-o em 1995, quando foi adquirido, porém não ocupado, pelo empresário Jorge Hamuche (Murad, 2019).



Fig. 03 e 04: Localização edifício Prestes Maia no centro de São Paulo. Autor: elaboração própria a partir do sistema Geosampa.

O Movimento Sem-Teto do Centro passou a se interessar pelo edifício, indicando-o como possível imóvel a ser desapropriado pelo poder público, com objetivo de passar por requalificação, incluindo reforma e implantação de programa habitacional. Segundo Affonso (2010), houve intensa negociação em torno da desapropriação do Prestes Maia, iniciada no ano 2000, durando cerca de dois anos, envolvendo os proprietários do imóvel, o MSTC e a prefeitura, considerando que havia uma dívida de imposto predial. Portanto, o imóvel além de estar vazio, sem cumprir a função social da propriedade, não estava em dia com as taxas obrigatórias junto ao município. Não se chegando a um acordo, o imóvel permanecendo sem uso, foi ocupado, pela primeira vez em 2002, pelo MSTC, vinculado, à época, ao Movimento FLM – Frente de Luta por Moradia (Affonso, 2010; Murad, 2019).

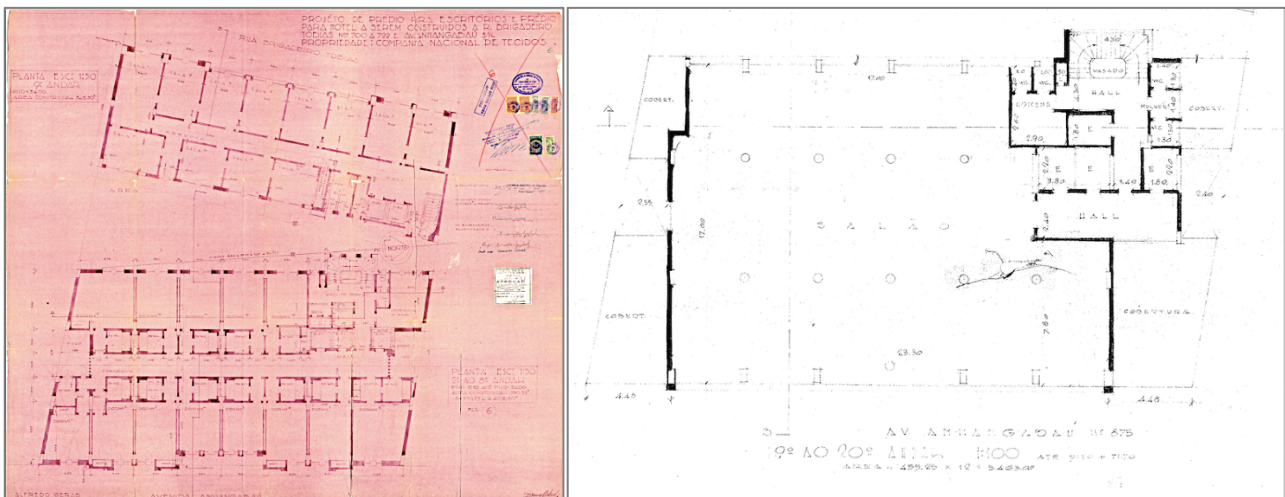


Fig. 05 e 06: Projeto original (1947) e modificado (1956), com a planta livre e localização de sanitários isolados. Fonte: acervo arquiteto Waldir Ribeiro – assessoria técnica Urbana.

Antes da primeira ocupação, foi elaborado projeto de reforma do edifício, para implantação de habitação social, pelo arquiteto Joel Pereira Felipe, contratado durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2000-2004). O projeto previa apartamentos conjugados, com unidades habitacionais variadas de um e dois dormitórios.

Não havendo resultados favoráveis, a primeira ocupação aconteceu em 3 de novembro de 2002, as famílias encontraram o edifício abandonado, com entulho, lixo, insetos e esgoto represado. No documentário “Torre de Babel”, uma das representantes do movimento descreve o momento da ocupação: “Foram mais de trinta ônibus, [...] pessoas saindo até pela janela. Eu lembro que quando [vimos] que era uma ocupação [...] aquele monte de ônibus, um atrás do outro, você vê uma viatura passando” (Torre de Babel, 2007).

Participaram, da primeira ocupação, 468 famílias, e neste primeiro momento realizou-se um mutirão de limpeza nos primeiros pavimentos, foram instalados cozinha e banheiros coletivos. Ramos (2009, apud Murad 2019) afirma que foram utilizados 200 caminhões para retirada de lixo e entulho, durante a limpeza que durou cerca de dois meses. Iniciou-se aí o período de luta pela permanência do movimento na ocupação. Segundo Affonso (2010) “montaram uma rede de encanamento para os primeiros pavimentos. A água só chegou aos outros pavimentos algum tempo depois, quando colocaram uma caixa d’água no topo do edifício”. Enquanto isso, algumas famílias se alojaram provisoriamente em outra ocupação, também na região central. Ainda na gestão da prefeita Marta Suplicy (2000-2004), o edifício foi decretado de interesse social - DIS (decreto nº 43.729/2003), para ser desapropriado, porém, em 2005 com o novo prefeito, José Serra, o decreto foi revogado, colocando-o em risco com possível reintegração de posse e remoção dos moradores.



Fig. 07: Fachada rua Brigadeiro Tobias. Imagem do documentário Torre de Babel (2007).

3. Reintegração de posse, nova ocupação e desapropriação

As famílias permaneceram na ocupação cerca de 5 anos, sendo removidas do edifício a partir de ação judicial de reintegração de posse em 2007. Em seu trabalho, Affonso (2010) apresenta levantamento de transações que envolveram as tratativas de acordo entre os moradores da ocupação e o governo, para atendimento de

moradia. A prefeitura se comprometeu a pagar bolsa aluguel de R\$ 300,00 (trezentos reais³) por seis meses até que as famílias fossem encaminhadas para um programa habitacional definitivo. A CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Governo do Estado propôs a inserção imediata de 150 famílias em um conjunto habitacional na região de Itaquera, fora do centro de São Paulo. As demais famílias aderiram à bolsa aluguel por um período de seis meses e entraram em negociação para obtenção de carta de crédito individual para compra de unidade habitacional, fazendo com que o movimento não mantivesse sua unidade. Ou pudesse comprar um edifício. Houve esta tentativa, porém, com dificuldade e sem efetivação de compra, idealizando a continuidade do grupo estabelecido na região central, a partir de política pública para atendimento de demanda coletiva.

O imóvel ficou novamente sem uso até 2010, quando, em outubro ocorre a segunda ocupação⁴, pelo mesmo MSTC. Neste mesmo ano houve uma cisão no movimento e criou-se o Movimento de Moradia e Luta por Justiça, que passou a coordenar a ocupação do Prestes Maia, possuindo vínculo com a Frente de Luta por Moradia (FLM). A gestão municipal do prefeito Gilberto Kassab (2006-2013) teve como prioridade na região central o projeto “Nova Luz”⁵, com diretrizes que não priorizavam a permanência da população de baixa renda, e sim a valorização especulativa da região, contando com parceria público-privada.



Fig. 08: Fachada do edifício Prestes Maia, após a reintegração de posse, 2007. Foto: Daniel Santini.

O projeto “Nova Luz” não foi implantado, tendo sido paralisado a partir de ação movida pela câmara dos dirigentes lojistas da região, alegando inconstitucionalidade, pois desapropriações propostas não eram função do consórcio (envolvendo empresas privadas), mas do Estado. Ainda nesta gestão municipal foi criado o

³ R\$ 2,15 = US\$1 (2007).

⁴ Murad (2019) ressalta que entre a primeira e a segunda ocupação houve uma tentativa de ocupação intermediária, que não teve êxito por conta de uma intervenção policial, durando o ato, apenas algumas horas.

⁵ O projeto “Nova Luz” teve seu planejamento na gestão do prefeito José Serra (2005-2006) e maior visibilidade na gestão Kassab. O projeto previa a criação de “bairro novo”, considerando desapropriações, demolições e ações urbanísticas com objetivo de “promover a requalificação e recuperação da área da Luz [...] a partir de intervenções públicas que valorizem os espaços públicos da criação de um conjunto de estímulos à realização de novos investimentos privados” (Pereira, apud Braconi, 2017, p.69).

programa “Renova Centro”, em que foram listados 53 imóveis⁶ para desapropriação, com previsão de atendimento a 300 famílias de baixa renda, porém o programa não contemplava edifícios ocupados por movimentos de moradia (Murad, 2019).

Em 2012 ocorreram novas eleições municipais e, em 2013, assumiu a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), que no mesmo ano decretou, novamente, o edifício Prestes Maia como de interesse social (DIS - decreto nº 54.183/2013), fazendo com que as negociações acerca da desapropriação do imóvel fossem retomadas.

Finalmente, em 2015, concretiza-se a compra do imóvel pela gestão municipal, passando então a ser propriedade da COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo. Em 2016, a COHAB realizou chamamentos públicos para projetos de habitação para o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E)⁷ e a entidade Apoio⁸ (parceira da FLM e MMLJ), conseguiu o direito de atuar na reforma do edifício. Neste mesmo ano, ocorreu o *impeachment* da presidente Dilma Rouseff, e consequentes mudanças políticas-institucionais paralisaram programas voltados para população em maior grau de vulnerabilidade, como o Minha Casa Minha Vida-Entidades que teve contratações suspensas em 2017, refletindo tentativa de desmobilização das organizações populares (Fidélis et al, 2019).



Fig. 09: Moradores da ocupação, 2010. Autor: Anderson Barbosa

⁶ Dos 53 imóveis que estavam previstos, apenas 2 foram desapropriados até o final da gestão Kassab (Murad, 2019).

⁷ O programa Minha Casa Minha Vida - Entidades é criado pelo Governo Federal em 2009, como forma de participação dos movimentos de luta por moradia, no controle e gestão de recursos voltados para obras de habitação social, tendo como beneficiários das unidades habitacionais pessoas e famílias vinculadas aos movimentos e entidades sociais organizadas (associações/cooperativas).

⁸ A entidade Apoio é parceira dos movimentos de moradia FLM e MMLJ, e esteve à frente das propostas formais de projeto e reforma do edifício, com tentativas de adesão ao programa MCMV-E, sem sucesso até o momento em que vence o processo de chamamento público elaborado pela COHAB em 2015, quando é concedido o direito à Apoio de desenvolver o projeto de reforma, por meio de financiamento da Caixa Econômica Federal, pelo PMCMV-E.

4. O programa Pode Entrar, o projeto e sua viabilização

Em 2022, a gestão municipal lançou o programa “Pode Entrar”⁹, no qual finalmente a entidade Apoio conseguiu o financiamento do projeto de reforma do Prestes Maia. O projeto foi elaborado pela assessoria técnica Urbana Arquitetura, tendo como responsável o arquiteto Waldir Ribeiro. Foram consideradas basicamente 3 tipologias de unidades (2 dormitórios, 1 dormitório e *kitnets*), com variações de planta por conta de ajustes em relação às metragens e localização no pavimento. O projeto foi apresentado para aprovação junto à COHAB por meio da entidade social Apoio, sendo aprovado e a reforma de adequação do edifício proverá moradia definitiva para 287 famílias beneficiárias e componentes de demanda da entidade, parceira do movimento de moradia FLM.

A obra foi contratada pela COHAB, realizada em sistema de cogestão, por empreitada global e financiamento das unidades habitacionais, onde a entidade Apoio fica responsável pela administração dos recursos provenientes do programa “Pode Entrar”. No total são 14 unidades com 2 dormitórios, 98 com 1 dormitório e 175 *kitnets*. A previsão de entrega da obra é julho de 2024, portanto 22 anos após a primeira ocupação do edifício.

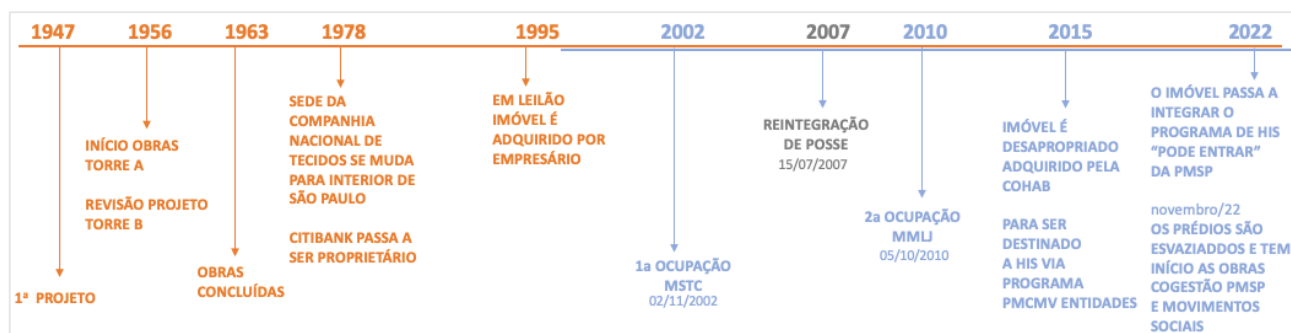


Fig. 10: Breve histórico dos processos de ocupação do edifício Prestes Maia. Autor: elaboração própria a partir de Affonso, 2010; Murad, 2019.



Fig. 11 e 12: dia da assinatura do contrato, ato simbólico início das obras do Edifício Prestes Maia (2022). Foto: site oficial FLM

⁹ O programa “Pode Entrar” foi inicialmente estruturado na gestão do prefeito Bruno Covas (2018-2021), porém sancionado somente na gestão seguinte do prefeito Ricardo Nunes (2021-2024), pela lei 17.638/2021. O programa foi criado para atender à demanda Programa Minha Casa Minha Vida, extinto em 2021 e retomado, com reformulações em 2023 pelo presidente Lula (2023-atual).

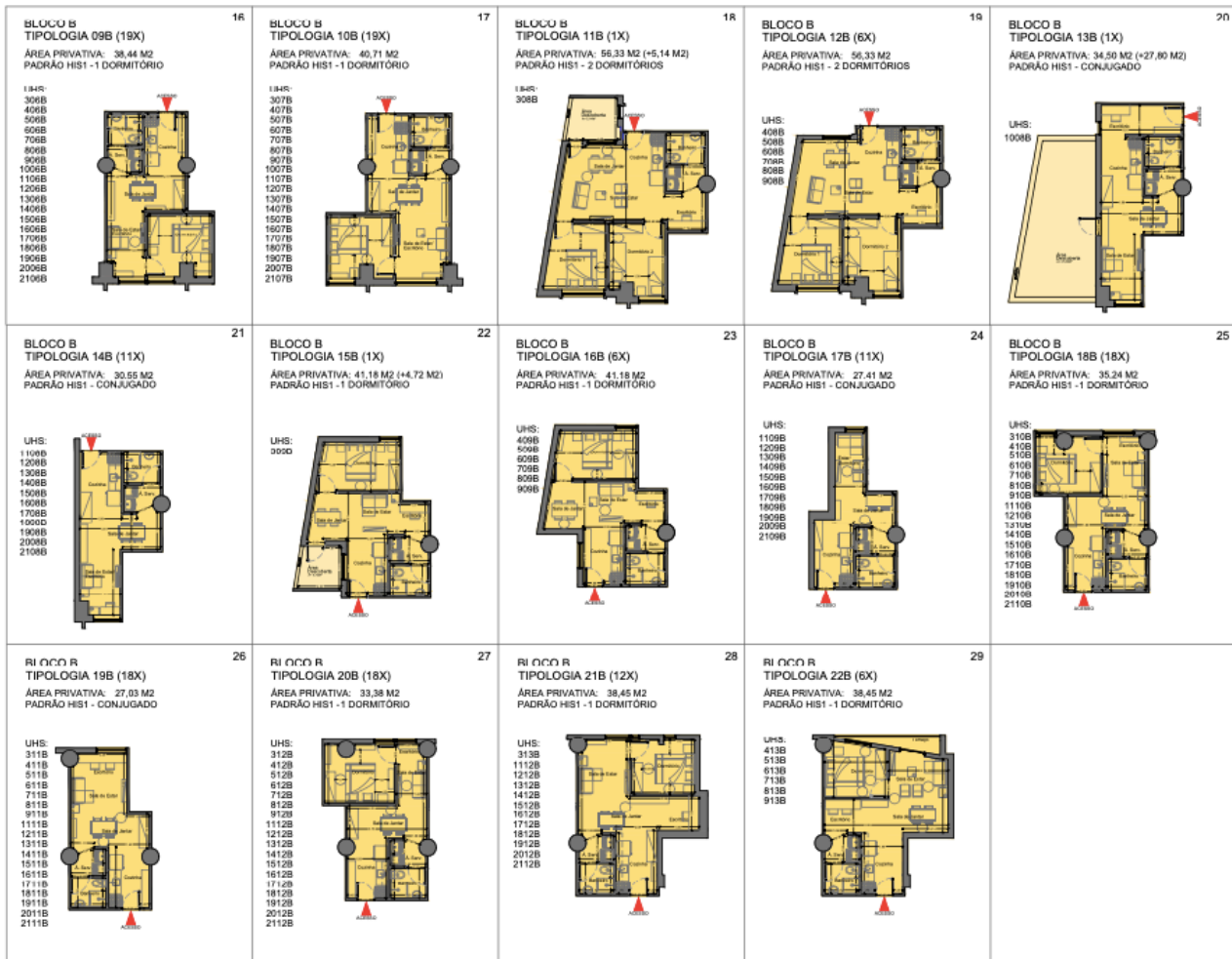


Fig. 13: tipologias de apartamentos (torre maior) - projeto arquiteto Waldir Ribeiro para habitação social, através do programa Pode Entrar da Prefeitura de São Paulo. Fonte: acervo arquiteto Waldir Ribeiro – assessoria técnica Urbana.

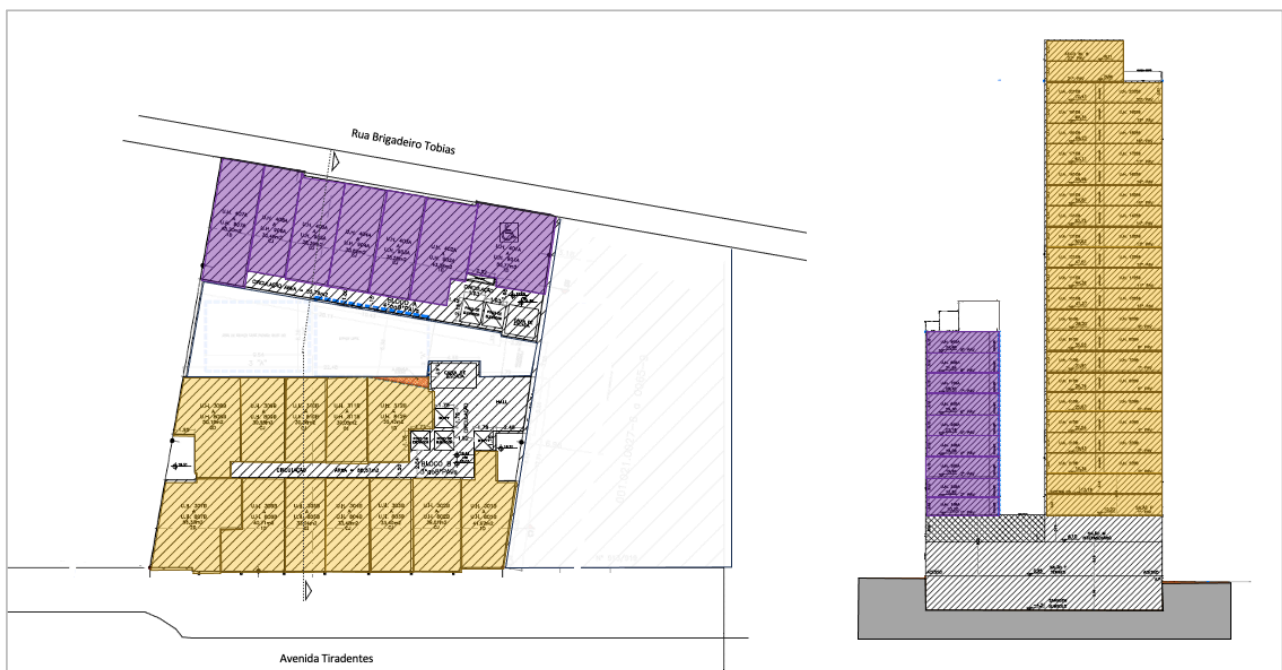


Fig. 14 e 15: planta pavimento tipo. Apartamentos torre maior (amarelo), torre menor (lilás) e corte esquemático. Autor: elaboração própria, a partir do projeto. Fonte: acervo arquiteto Waldir Ribeiro – assessoria técnica Urbana.

5. Considerações finais

A história do edifício e da ocupação Prestes Maia nos apresenta os processos históricos que marcaram a disputa por território e o direito de habitar no centro da cidade de São Paulo, além de evidenciar a luta dos movimentos populares, suas estratégias insurgentes que resistiram por duas décadas; e concretiza-se a real implantação de suas moradias em condições formais, evidenciando o passado, o presente e talvez um possível futuro; que considere a demanda real de pessoas em maior vulnerabilidade social, promovendo uma cidade menos desigual e mais inclusiva. E nos mostra que as ações dos movimentos organizados, tratam da realidade de uma população que necessita de políticas públicas e que, agindo em prol das suas necessidades, à revelia da força do poder do capital imobiliário, atua na aplicação do direito à cidade, evidenciando sua importância, como protagonistas de transformações socio-territoriais.

6. BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, Elenira Arakilian. Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia. Dissertação de Mestrado - FAUUSP – Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional – São Paulo, 2010. 391 p.

BRACONI, Julio César. A disputa pela moradia na região central de São Paulo: uma análise das ocupações Prestes Maia, Mauá e Cambridge. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política – Escola de Artes, Ciência e Humanidades – USP, 2016.

CAMPOS, Candido Malta; NAKANO, Kazuo; ROLNIK, Raquel. “Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo”. Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo; Prefeitura do Município de São Paulo – CEBRAP – CEM, 2004.

FIDÉLIS, Cíntia Almeida. Cartilha de autogestão em habitação [União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior; coordenação Cíntia Almeida Fidélis]. 1a Edição – São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

FRÚGOLI Junior, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: EDUSP, 2000.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. Lua Nova. São Paulo, n. 70, 2007.

MURAD, Julia. Ocupação, uma alternativa de moradia: O caso Prestes Maia – Dissertação de Mestrado - FAUUSP – Área de concentração: Habitat – São Paulo, 2019.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia FFLCH USP, 2009.

ROLNIK, Raquel. São Paulo: O planejamento da desigualdade. São Paulo, Editora Fósforo, 2022.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. O Direito à Moradia no Brasil. [Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional e da ONU 29 de maio a 12 de junho de 2004 – Violações, Práticas positivas]. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

Documentário: TORRE de BABEL. Direção: Dirceu Getúlio e Felipe Seffrin. Universidade Federal de Santa Catarina – Laboratório Telejornalismo, Curso de Jornalismo, 2007. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=I6nJwa_0mTA